PLANO DE ENSINO

FDCON

DISCIPLINA: PROCESSO PENAL I (teoria geral, inqérito e ação penal)

TURNO: M/N	PERÍODO:6º	C.H.80

PROFESSOR: Túlio Leno Góes Silva

I – IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

II – Ementa

Garantias constitucionais do processo penal. Juiz de Garantias. Investigações preliminares: inquérito policial e outras formas de investigação. O advogado e sua atuação na Delegacia de Polícia. Ação penal: condições da ação penal, condições de procedibilidade, pressupostos processuais, espécies de ação penal (ação penal de iniciativa pública, ação penal de iniciativa pública condicionada à representação, ação penal de iniciativa privada). Ação civil ex delicto. Medidas cautelares de natureza pessoal: prisão cautelar (conceito, natureza jurídica, pressupostos e espécies), liberdade provisória (com e sem fiança) e medidas alternativas à prisão cautelar. Questões e processos incidentes. Sujeitos processuais: juiz, ministério público, ofendido, acusado e defensor. Comunicação dos atos processuais: Citação (pessoal, por edital e por hora certa), intimação e notificação. Provas: meios de prova e meios de obtenção de provas. Estudo de Casos.

III – Objetivos da Disciplina

Objetivo geral:
Demonstrar a unidade do sistema jurídico, por meio de uma análise crítico-científica e crítico-social, de modo a possibilitar ao aluno de modo satisfatório a capacidade de análise de fatos e suas respectivas subsunções às normas jurídicas.
Desse modo, a disciplina se insere no projeto pedagógico da FDCON de construir uma visão social da realidade, articulando teoria e práxis, que tenha o homem como sujeito das transformações sociais.
Objetivos específicos:
- Estudar e compreender a deontologia do processo penal brasileiro, a partir de conceitos de política criminal;
- Estudar e compreender os conceitos fundamentais do processo penal brasileiro;
- Estudar e compreender os fundamentos processuais penais previstos na Constituição Federal de 1988.
- Estudar e compreender os institutos processuais penais previstos no Código de Processo Penal Brasileiro, a partir de uma leitura constitucional;
- Estudar de forma interdisciplinar o instituto do inquérito policial.

- Analisar os sujeitos do processo penal brasileiro;
- Estudar o instituto da ação penal (e civil decorrente do crime) e seus desdobramentos na disciplina do processo penal brasileiro;
- Analisar as questões incidentais do processo penal brasileiro;
- Estudar as medidas cautelas pessoais e não pessoais recentemente introduzidas no processo penal brasileiro;
- Estudar o regime jurídico das provas no processo penal brasileiro
.

IV – Habilidades

- Analisar os institutos do processo penal por meio de uma leitura constitucional;
- Capacitar o aluno para a adequada atuação técnico-jurídica;
- Possibilitar a capacidade de análise jurídica dos fenômenos sociais;
- Ler e compreender textos jurídicos/normativos relativos ao processo penal brasileiro;
- Dominar a técnica do processo penal brasileiro;
- Reconhecer e dominar a linguagem técnica dos institutos relacionados com a disciplina do Processo Penal I.

V – Competências

- Utilizar de raciocínio e argumentação jurídicas fundadas numa reflexão crítica do Direito;
- Utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e/ou de outras fontes do Direito para a atuação prática;
- Elaborar textos com o conteúdo jurídico relacionado com a disciplina do Processo Penal I.

VI – Descrição do Conteúdo

1. Introdução ao Direito Processual Penal

1.1 Processo adequado. Processo Penal e Processo Civil. Fundamentos do Processo Penal

- Estado Democrático de Direito
- Sociedade e Crime
- Direito Penal e Direito Processual Penal
- Natureza do processo
- Sobre a teoria geral do processo e suas críticas

1.2 Sistemas processuais penais

- Sistema inquisitorial
- Sistema acusatório

1.3 Conformação constitucional do processo penal brasileiro

- Garantismo e intervenção penal

- Justo processo: devido processo penal
- Princípios

2. Lei Processual Penal

2.1 Lei como imediata fonte do Direito processual penal
2.2 Lei processual penal no tempo
2.3 Lei processual penal no espaço
2.4 Lei processual em relação às pessoas
2.5 Tratados e convenções internacionais
2.6 Integração e interpretação da lei processual penal

3. Juiz de Garantias

3.1 Conceito
3.2 Abrangência
3.3 Exclusão física do Inquérito Policial

4. Investigações Preliminares no Brasil

4.1 Inquérito policial
4.2 Conceito e natureza
4.3 Características
4.4 Procedimento
- Instauração
- Prazos
- Diligências
- Identificação criminal
- Indiciamento
- Conclusão do inquérito

4.5 Arquivamento do Inquérito Policial
4.6 Outros instrumentos investigatórios
4.7 Controle externo da polícia
4.8 Acordo de não persecução penal (ANPP)

5. Ação Penal

5.1 Ação e processo penais. Pressupostos e condições
- Prática de fato aparentemente criminoso
- Punibilidade concreta
- Legitimidade para ação penal
- Justa causa

5.2 Classificação da ação penal
5.3 Ação penal pública incondicionada
- Hipóteses
- Denúncia
- Prazos
- Princípios

5.4 Ação penal pública condicionada à representação
- Hipóteses
- Queixa
- Representação
- Retratação da representação
- Requisição do Ministro da Justiça

5.5 Ação penal privada
- Hipóteses
- Princípios
- Titularidade
- Espécies

5.6 Renúncia, decadência, perempção e perdão do ofendido

6. Ação Civil

6.1 Sistemas de responsabilidades civil e criminal
6.2 Ação civil “ex delicto”
6.3 Execução civil “ex delicto”
6.4 Legitimidade
6.5 Competência
6.6 Subordinação temática e eficácia preclusiva
7. Questões e processos incidentes
7.1 Questões prejudiciais
7.2 Exceções
7.3 Medidas assecuratórias
8. Medidas cautelares, prisão e Liberdade Provisória
8.1 Tutela cautelar no processo penal
- Espécies
- Pressupostos
- Princípios

8.2 Medidas cautelares de natureza pessoal
- Prisão em flagrante
- Prisão preventiva
- Prisão temporária

8.3 Medidas cautelares diversa da prisão
8.4 Liberdade provisória
- Espécies
- Fiança e crimes inafiançáveis

9. Sujeitos processuais
9.1 Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, defensor, acusado, vítima, assistente de acusação
9.2 Comunicação dos atos processuais: citação, intimação e notificação
10. Provas
10.1 Teoria da prova
- Verdade real x verdade formal
- Valoração da prova
- Objeto da prova
- Ônus da prova
- Provas ilícitas

10.2 Cadeia de custódia
10.3 Meios de prova e meios de obtenção de prova
- Do exame de corpo de delito e das perícias em geral
- Interrogatório judicial
- Confissão
- Declarações do ofendido
- Prova testemunhal
- Reconhecimento de pessoas e coisas
- Acareação
- Prova documental
- Indícios
- Busca e apreensão

VII – Procedimentos Didáticos

Aula expositiva e estudos de casos, com debates e utilização de conteúdos multimídia como notícias de jornais ou revistas, internet, vídeos etc., que extrapolam o tema estritamente jurídico.
As técnicas utilizadas buscam criar no aluno a capacidade de raciocínio jurídico dos fatos, sem prejuízo de uma compreensão crítica do Direito e do Estado. Ademais, buscar-se-á proporcionar ao aluno as capacidades profissionais de atuação, bem como de certames públicos.
A disciplina procurará fomentar uma visão plural da sociedade e do fenômeno jurídico, de modo que a didática utilizada fomente a compreensão do discente como ser autônomo.
Além desses procedimentos didático-pedagógicos e, visando atender as Portarias MEC nº 343/2020 e nº 544/2020, bem como o Parecer CNE/CP nº 11/2020, as aulas terão as seguintes configurações:
1º Anteriormente ministradas presencialmente, passarão a ser ministradas, na modalidade remota ao vivo pela plataforma "Zoom", no mesmo dia e horário da aula presencial, através das tecnologias de informação e comunicação, com a utilização de ferramentas síncronas (via transmissão online – Webconferências, chats, seminários e debates online, que acontecem em horário previamente agendado) com aula mediada pelo professor, e as ferramentas assíncronas (são aquelas consideradas desconectadas do momento real e/ou atual) como materiais disponíveis e acessíveis no sistema de acesso dos alunos.
2º Todas as atividades estarão disponíveis através de links disponíveis no Portal do Aluno TOTVS, que poderá ser acessadas pelos estudantes a qualquer hora, tais como: material de aula na Plataforma Prezi, testes, tarefas, listas de exercícios, e-mail, arquivos de conteúdo, vídeos, gravação das aulas. Será utilizada uma combinação entre ferramentas síncronas e assíncronas para oferecer uma boa experiência de ensino, permitindo doses certas de interatividade e autonomia do protagonismo dos nossos estudantes.
3º As atividades práticas supervisionadas seguem as regras da Portaria MEC nº 544/2020, conforme Ofício e planilhas encaminhados pela FDCON ao MEC.
4º Durante todo o semestre serão aplicadas Metodologias Ativas, possibilitando ao aluno desenvolver habilidades e competências previstas na DNC e no PPC do curso utilizando:
4.1) A aprendizagem entre pares e times, com formação de equipes dentro de determinada turma para que o aprendizado seja feito em conjunto e haja compartilhamento de ideias;
4.2) Aprendizagem baseada em problemas, construindo o aprendizado conceitual, procedimental e atitudinal por meio de problemas propostos, possibilitando exposição a situações motivadoras, preparando o discente para o mundo do trabalho;
4.3) Aprendizagem baseada em projetos: fazer com que os alunos adquiram conhecimento por meio da solução colaborativa de desafios.

VIII – Recursos/ Materiais/ Locais

A disciplina será ministrada através de aulas expositivas, com a utilização de Lousa Digital, datashow, retroprojetor, utilização do acervo Bibliográfico digital e físico da instituição, cujo aparato tecnológico propiciará aulas dinâmicas, com metodologias ativas, que fazem do aluno protagonista de seu aprendizado, além de apresentações orais por meio de microfone, bem como visitas técnicas para complemento das atividades em sala.

IX – Avaliação

O discente será avaliado com base na distribuição de 100 (cem) pontos, consistente na aplicação de 4 avaliações, sendo: 1ª Avaliação Parcial: 30 (trinta) pontos, composta de 6 questões objetivas, padrão OAB 1ª Fase, e 4 discursivas, padrão OAB 2ª Fase; 2ª Avaliação Parcial: 30 (trinta) pontos, composta de 6 questões discursivas, padrão ENADE; Trabalho Teórico-Prático: 10 (dez) pontos, cuja realização será feita em equipe, ficando todos os integrantes responsáveis pela análise de um processo real, a ser disponibilizada por cada professor, devendo, todos os integrantes da respectiva equipe produzirem texto escrito, com valor de 5 (cinco) pontos, referente à pesquisa feita do processo real, além de realizarem apresentação Oral análise do processo, com valor de 5 (cinco) pontos; e Avaliação Final: 30 (trinta) pontos, cuja prova reunirá 10 questões de cada disciplinas dogmáticas do período e deverá ter como base as questões objetivas da 1ª fase do Exame de Ordem (OAB).

X – Bibliografia

Básica

- CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2020
- JUNIOR, Aury Lopes. **Direito processual penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020
- MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020

Complementar

- REIS, A. C. A.; LENZA, P.; GONÇALVES, V. E. R. **Direito processual penal esquematizado®**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019
- BONFIM, E. M. **Código de Processo Penal.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017
- JR., A. L. **Fundamentos do Processo Penal.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020
- GLOECKNER, R. J.; JR., A. L**. Investigação Preliminar no Processo Penal**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014
- FERNANDES, A. S. **Provas no Processo Penal** - Estudo Comparado**.** São Paulo: Saraiva, 2011